

## OPERAÇÃO SEM REFINO

# Castro de novo na mira da PF

Ex-governador é alvo de investigação sobre esquema de concessão de licenças à Refit, tida como maior sonegadora do país

» FABIO GRECCHI

O ex-governador Cláudio Castro foi o principal alvo da segunda fase da Operação Sem Refino, desfechada ontem pela Polícia Federal (PF). A cobertura em que mora, na Barra da Tijuca, uma casa em que costuma passar os fins de semana, em Petrópolis, na Região Serrana do estado, foram vasculhadas pelos agentes, que buscavam dados que relacionam o político a supostas fraudes na concessão de licenças ambientais à Refit. A empresa, pertencente ao advogado Ricardo Magro — que mora nos Estados Unidos e é considerado foragido da Justiça brasileira —, é apontada como parte de um esquema de lavagem de dinheiro e classificado pela União como o maior sonegador de impostos do país.

A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e ocorreu no âmbito da ADPF das Favelas. Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em Petrópolis. O foco desta segunda fase é apurar a atuação irregular de, entre outros, Bernardo Rossi, ex-deputado estadual e ex-secretário estadual de Ambiente do Rio de Janeiro na gestão de Cláudio Castro. Ele é apontado como um dos personagens mais atuantes no suposto esquema de corrupção, que passava pela concessão de licenças ambientais para a Refit.

A PF cumpriu mandados também contra Antonio Carlos

Santos (conhecido com o Pipo), advogado; José Mauro de Farias Júnior, ex-secretário estadual de Transformação Digital também do governo de Cláudio Castro; e Luiz Fernando Gomes, dono da Engeprat, uma empresa da construção civil — legalmente o dono da casa em que o ex-governador passa os fins de semana, no condomínio Villa Locanda, em Petrópolis. O empresário entrou na mira dos investigadores por conta de um salto significativo em contratos com o governo fluminense. Seriam R\$ 355 milhões, sendo quase R\$ 50 milhões sem licitação.

No caso da cobertura de Cláudio Castro na Barra da Tijuca, a investigação é se o imóvel foi trocado com José Mauro, ex-policial federal e nomeado secretário de Transformação Digital. A pasta foi criada próximo da eleição de 2022. Segundo o Ministério Público Eleitoral, a campanha do ex-governador à reeleição destinou mais de R\$ 2,5 milhões a uma empresa ligada ao ex-agente federal.

O casal de empresários Mauricio Castro de Jesus Leite e Ana Carolina Godinho Motta Miranda, sócios da empresa 7 Pilares Assessoria, Empreendimentos e Inovações Tecnológicas Ltda., também foi alvo de busca e apreensão. Segundo a investigação, os dois seriam responsáveis pela lavagem de capitais decorrente das atividades ilícitas atribuídas ao desembargador Guaraci de Campos Vianna, da 6ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça

Rogério Santana/Governo RJ



Castro e dois ex-secretários de sua gestão são investigados por facilitar licenças para refinaria de Ricardo Magro

do Rio de Janeiro, que foi alvo da primeira fase da Sem Refino.

Em março, a Corregedoria Nacional de Justiça determinou o afastamento imediato dos desembargadores funções. Ele é suspeito de conceder decisões favoráveis e “absurdas” em favor da Refit, segundo a investigação. Em maio, a PF apontou que Cláudio Castro atuou para criar um “ambiente propício” ao

grupo de Ricardo Magro. Segundo as apurações, o então governador teria articulado um programa de refinanciamento desenhado para atender aos interesses da empresa, com potencial para reduzir em até 95% a dívida com o Estado do Rio de Janeiro.

### Megadevedor

Segundo a Receita Federal, a

Refit é a maior devedora de tributos do país, com dívidas de, aproximadamente, R\$ 52 bilhões — contraídas em operações em território fluminense e paulista. A empresa nega os débitos e contesta as acusações de irregularidades.

Apesar de ser alvo de denúncias desde 2013, a Refit passou entrou no foco, no último ano, de operações da PF e do Ministério Público Federal contra esquemas

de lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. O grupo apareceu em pelo menos três dessas investigações: Carbono Oculto, Poço de Lobato e Sem Refino.

O advogado de Cláudio Castro, Carlo Luchione, afirmou que “desconhece ter sido alvo da operação” e que “não houve busca em nenhum endereço a ele vinculado, inclusive em sua residência”. Sobre a casa em Petrópolis, o advogado disse desconhecer a ação, pois o imóvel era alugado pelo ex-governador e o contrato de locação foi rescindido há meses, logo após deixar o governo fluminense, em março.

Bernardo Rossi emitiu nota negando “qualquer participação em irregularidades envolvendo a Refit” e afirmando “que toda a sua atuação à frente da pasta se deu dentro da legalidade, seguindo as orientações técnicas e jurídicas de um amplo corpo de servidores da própria secretaria e de seus órgãos vinculados”.

Luiz Fernando, por sua vez, também por nota, disse que “a Engeprat não tem qualquer relação com a Refit. Os contratos firmados com o governo do Estado foram devidamente licitados, com entrega no prazo, qualidade incontestável e preço inferior aos concorrentes”.

A primeira fase da Sem Refino, deflagrada em 15 de maio, teve como alvos o ex-governador fluminense e Ricardo Magro — que por estar foragido foi incluído na Difusão Vermelha da Interpol, lista que reúne alguns dos criminosos mais procurados do mundo.

Rafael Campos/Governo do RJ



Ex-presidente da Alerj teria ajudado no vazamento de operação da PF

## JUDICIÁRIO

# Dino retira o sigilo de três decisões sobre o Maranhão

» RENATO SOUZA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou, ontem, o sigilo de três decisões que tratam de corrupção, desvio de emendas parlamentares, de um homicídio e da atuação criminosa de um policial federal infiltrado no Maranhão. Um dos casos apura eventual atuação do senador Weverton Rocha (PDT-MA) para obstruir as investigações.

De acordo com as diligências, o parlamentar teria atuado para travar, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), o andamento da investigação do assassinato de um empresário maranhense em 2022. Nos autos, estão diálogos entre o senador e o ministro Humberto Martins que era o relator do caso na Corte.

No processo, Flávio Dino afirma que “chama a atenção” a acusação de “possível atuação do senador Weverton Rocha junto ao gabinete do ministro Humberto Martins, com o propósito de influenciar” a investigação,

“mediante relatos de interlocuções e tratativas que teriam por finalidade obstar o regular prosseguimento da apuração”.

### “Ecossistema”

Em uma das decisões, Dino relata a existência de um “ecossistema empresarial criminoso” no Maranhão. “Há no estado do Maranhão um ecossistema empresarial criminoso, destinado ao desvio de recursos públicos (abrangendo inclusive emendas parlamentares federais). Em agosto de 2022, ocorreu um homicídio naquele estado, supostamente em face de cobrança de propinas em contratos públicos de interesse do citado ecossistema delituoso”, escreve Dino.

O ministro diz que a tentativa de obstrução das investigações “envolveria policiais federais e civis, advogados, políticos (entre os quais um senador da República)”. Um policial federal foi afastado após ter indicação de ligação com o esquema. Ele teria visitado o autor

Rosinei Coutinho/STF



Ministro chama a atenção para tentativa de obstrução de investigação

do homicídio e seus familiares.

“Segundo a autoridade policial, o referido homicídio decorreu de desavença no pagamento de contratos públicos e propinas, levando à prática de outros crimes, inclusive a suposta ‘compra’ de vagas e nomeações no Tribunal de Contas daquele estado, a fim de obtenção de impunidade a partícipes do agrupamento criminoso”, afirmou Dino.

O senador Weverton Rocha nega envolvimento em irregularidades. Procurado, o ministro Humberto Martins esclareceu que, “em razão do processo tramitar sob segredo de justiça, não irá se manifestar sobre a matéria. Igualmente destaca que os autos do habeas corpus foram encaminhados ao ministro Flávio Dino, relator do caso no STF”.

## Ação deve ficar na turma

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve manter na Primeira Turma a investigação que envolve o jornalista maranhense Luís Pablo. A avaliação ganhou força entre ministros após o presidente da Corte, Edson Fachin, considerar a possibilidade de levar o caso para análise do Plenário, diante da repercussão do episódio e dos debates sobre liberdade de imprensa e sigilo da fonte.

Nos bastidores do Supremo, a maioria dos ministros avalia que não há necessidade de alterar o caminho processual da investigação. O argumento é que o caso está sob relatoria de Alexandre de Moraes e inserido na competência da Primeira Turma. “A discussão precisa respeitar o rito que já foi estabelecido. A repercussão não muda, por si só, a competência do colegiado”, disse ao auxiliar da Corte.

A possibilidade de julgamento pelo Plenário ganhou força diante da sensibilidade do episódio, que envolve uma operação autorizada por Moraes contra uma pessoa apontada como fonte de reportagens. Fachin tem defendido publicamente a importância da proteção ao sigilo da fonte, mas encontrou resistência à ideia de deslocar a análise para todos os ministros. Entre integrantes da Corte, a leitura

é de que a mudança poderia ampliar ainda mais a dimensão política do caso.

A investigação tem como ponto de partida reportagens de Luís Pablo sobre o uso de veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) por parentes do ministro Flávio Dino. Em março, Moraes havia determinado uma operação de busca e apreensão contra o jornalista, com a apreensão de celulares, computador e outros dispositivos eletrônicos. Após a extração dos dados pela Polícia Federal, os equipamentos foram devolvidos.

A partir da análise do material, os investigadores identificaram Raimundo Cutrim, ex-secretário de Segurança Pública do Maranhão, como fonte das informações divulgadas pelo jornalista. Nesta semana, Moraes autorizou uma nova operação de busca e apreensão contra Cutrim. A decisão cita suspeitas de crimes e a existência de elementos obtidos durante a apuração anterior.

O episódio colocou o STF diante do debate sobre os limites da investigação criminal quando há jornalistas e fontes envolvidos. A discussão também expôs divergências internas sobre a forma de condução do caso. “O desafio é separar a investigação de eventuais abusos da proteção constitucional à atividade jornalística”, afirmou um integrante da Corte. **(Alicia Bernardes)**